

PERCEPÇÃO E PARTICIPAÇÃO INSTRUMENTOS PARA REVERSÃO DE PRÁTICAS AGRÍCOLAS INADEQUADAS

César Rodolfo Seibt
Cesar Augusto Pompêo

O cenário de estudo – o município de Alfredo Wagner, Santa Catarina, localizado em um dos pontos mais altos da bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu – caracteriza-se pela economia baseada na agricultura familiar e por apresentar uma intensa ação antrópica com ocupação e uso inadequado dos solos, derivando-se daí graves impactos ambientais, dos quais as enchentes são a manifestação mais visível e imediata. Associado ao processo erosivo, à perda de fertilidade dos solos e ao assoreamento fluvial, está o uso intensivo de fertilizantes químicos e de agrotóxicos, comprometendo a qualidade das águas e o equilíbrio do ecossistema local, com elevados prejuízos econômicos e sociais. Para reverter esse processo, um plano de gestão ambiental participativa foi desenvolvido por pesquisadores junto às comunidades rurais do município, visando promover desde o (re)conhecimento da problemática e de sua complexidade até a organização comunitária e adoção de novas alternativas econômicas e produtivas para a garantia do bem-estar social. Essa prática participativa mostrou-se importante para a implementação e sustentação de medidas estruturais mitigadoras de impactos ambientais, até então aplicadas de forma isolada e sem respaldo da comunidade.

Conhecendo o espaço da pesquisa – o município

Distante 130 km da capital, Florianópolis, Alfredo Wagner localiza-se numa das cabeceiras da bacia hidrográfica do rio Itajaí-Açu, uma das mais importantes e desenvolvidas do Estado, numa região intermediária entre o litoral e o planalto serrano. Possui, como em grande parte da bacia hidrográfica, um relevo fortemente acidentado, com vales profundos, estreitos e extensos, dos quais emergem as nascentes do rio Itajaí do Sul, um dos tributários do Rio Itajaí-Açu, principal manancial hídrico de superfície na bacia.

Com uma população de aproximadamente 8.000 habitantes¹, o processo de colonização teve seu início na segunda metade do século XIX, quando imigrantes alemães instalaram-se nas áreas adjacentes aos rios que atualmente apresentam a maior concentração populacional e econômica da região, como ocorre nas demais áreas do grande vale.

A economia, baseada na agricultura familiar de pequena propriedade rural², tem como principal atividade produtiva o monocultivo da cebola, destacando-se o município como um dos maiores produtores do Estado³ e também do país. Com a prática da agricultura especializada e voltada para esse monocultivo, introduzida na década de 70 conforme os preceitos da Revolução Verde, ampliou-se significativamente a área cultivada, num constante processo que se mantém até os dias atuais. Esta prática, em substituição ao sistema agrícola tradicional, teve rápida adoção, devido principalmente a fatores como a disponibilidade de mão-de-obra familiar, o baixo investimento inicial necessário ao cultivo, o bom e quase imediato retorno econômico, obtido nos pequenos espaços cultivados, a produção na entressafra (única região cebolicultora do país que produz nesta época, encontrando concorrência direta apenas no produto argentino, e geralmente atendendo a demanda apresentada por um amplo mercado consumidor).

Entendendo o problema – os impactos gerados pela agricultura

No entanto, o progresso e o desenvolvimento econômico decorrentes trouxeram conseqüências alarmantes, ainda presentes no contexto atual e que se denunciam claramente com a ocorrência de enchentes.

Como impacto natural, o fenômeno das enchentes deriva do encontro da massa de ar polar com a massa de ar tropical atlântica na Serra Geral, resultando em chuvas orográficas nas cabeceiras dos rios. O encontro destas águas e

¹ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

² São 1.668 propriedades rurais somando 50.994 hectares, sendo que 88,91% possuem área inferior a 50 hectares e 46% área inferior a 10 hectares. IBGE. *Censo Agropecuário Santa Catarina 1995/96*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

³ A produção atinge 68.400 toneladas, conforme *Síntese de indicadores sociais 2000*. *Op. cit.*

o rápido acúmulo ocorrem principalmente na sede urbana do município, trazendo impactos econômicos e sociais significativos, que se avolumam em virtude de equivocadas ações antrópicas, como a indevida ocupação das áreas atingidas e a falta de planejamento urbano.

Apresentando um ecossistema de grande fragilidade em razão de suas próprias características geológicas⁴, geomorfológicas⁵ e edáficas⁶, o município vem sofrendo com um quadro de enchentes que paulatinamente se intensificou nas décadas de 70, 80 e 90, potencializado pelo intenso processo de ocupação dos espaços físicos ao longo da rede de drenagem de seus rios. A introdução da agricultura intensiva, exploratória, em espaços sem aptidão agrícola (principalmente encostas), desprotegendo a superfície acidentada, mostrou-se como o principal fator determinante do fenômeno, acelerando a sua ocorrência. Outros fatores também contribuíram para este e para novos impactos, ampliando significativamente a sua proporção. Entre eles, podemos citar: o *desmembramento* dos lotes rurais, sempre paralelos à declividade do relevo e perpendiculares aos rios; o *desmatamento* intensivo das matas ciliares e as queimadas nas encostas; o *alto potencial erosivo* das microbacias, a frágil estruturação dos solos e a rápida saturação destes sob o efeito de chuvas intensas, resultando em escoamento superficial abrupto e movimentos de solifluxão em toda extensão dos vales, em razão do solo não permitir uma infiltração maior; as *práticas inadequadas* de manejo dos solos e dos cultivos; a *reduzida cobertura vegetal* propiciada pelas espécies cultivadas (cebola e milho), ficando o solo exposto por longos períodos, acelerando-se conseqüentemente o processo erosivo.

Atualmente, a baixa fertilidade e a exaustão dos solos são compensadas com a introdução de grandes quantidades de fertilizantes químicos, comumente utilizados sem que se efetue a correspondente análise química da terra cultivada e sem que se busque a adequada recomendação técnica. Paralelamente, o elevado uso de agrotóxicos na agricultura local é também causa de graves impactos sobre o ambiente e sobre a saúde da população rural, com um significativo número de intoxicações por contato e inalação, decorrentes do modo incorreto, do descuido e da exposição direta na aplicação dos produtos.

No entanto, é sobre os recursos hídricos disponíveis que os efeitos do processo de degradação dos recursos naturais se fazem mais percucientes. Mostram-se visíveis com o intenso assoreamento dos leitos fluviais; com o

⁴ Rochas estratificadas, argilitos, folhelhos, siltitos e arenitos. SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de Estatística, Geografia e Informática. *Atlas de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

⁵ Há grande amplitude altimétrica (até mais de 1000 metros). SANTA CATARINA. *Op. cit.*

⁶ Solos jovens, argilosos, rasos, baixa fertilidade natural, alta saturação de alumínio. SACHET, Zeferino Pedro *et al.* *Levantamento Edafoclimático da Microbacia do Rio Caeté-Município de Alfredo Wagner*. Florianópolis: FAPEU (Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária), 1993 (Documento técnico, 20).

rápido aumento do volume de suas águas por ocasião das chuvas orográficas, e principalmente com a já constatada perda de qualidade, provocada pela elevada quantidade de substâncias nocivas transportadas das lavouras (fertilizantes, agrotóxicos, embalagens...) pela ação do escoamento das águas das chuvas. Os rios abastecem a população local e suas águas são utilizadas pelas comunidades assentadas ao longo do curso e adjacências dos rios locais.

Todos esses impactos apontam para a gravidade da degradação provocada num curto âmbito geográfico, isto é, abrangem desde aquelas áreas com recursos naturais quase que intactos, nas cabeceiras, até uma extensão de aproximadamente 50 quilômetros rio abaixo, em que os impactos gerados sobre as águas confirmam o acelerado processo destruidor causado pela ação do homem.

Justificando a ação – o propósito

A intensa rede de relações apresentada pelo ecossistema local, ao mesmo tempo em que expõe sua riqueza, sua sustentação e sua fragilidade, aponta para a necessidade de um novo entendimento no que se refere aos elementos que deixam explícita a ausência de sustentabilidade engendrada pelas transformações.

Apesar da melhoria tecnológica das atividades agrícolas e do conseqüente aumento de produtividade, os impactos resultantes não foram amenizados. Os agricultores em sua grande maioria são carentes de informação e de assistência técnica, sendo assim potenciais agentes da degradação, devido ao desconhecimento do impacto gerado por suas ações. O desajuste no planejamento local aponta também uma situação de inoperância dos órgãos diretamente ligados ao setor agrícola, percebendo-se carência de interlocução entre os diferentes atores, geralmente com decisões tomadas em instâncias superiores, sem a participação da comunidade. Essas atitudes, como esperado, geram resultados de pouca sustentação e atuam como elementos de conflito, dificultando a construção de alternativas e a implementação de ações concretas, além de contar com o descrédito do agricultor no que se refere às possibilidades de organização comunitária.

As questões ambientais em suas diferentes manifestações mostram que a compreensão desta complexidade extrapola o aspecto disciplinar, cuja abordagem e metodologia freqüentemente contabilizam resultados pouco satisfatórios ou apenas paliativos. Isso significa dizer que medidas apenas pontuais e estruturais não são suficientes para garantir

soluções efetivas, principalmente quando os impactos ambientais são amplos, difusos e simultâneos e estão diretamente relacionados à ação humana. Essas questões complexas requerem ações paralelas, conjuntas e interdisciplinares e exigem o envolvimento da sociedade como elemento fundamental no processo de reversão dos seus impactos.

Foi neste sentido que se deu início, no ano de 2000, a uma pesquisa de sustentação interdisciplinar, participativa e qualitativa, constituída de três eixos temáticos: 1) *as águas e as práticas agrícolas*; 2) *a água e a ocupação do solo*; e 3) *a água e a prática educativa*. O seu objetivo foi a construção de conhecimentos e de propostas, em conjunto com a sociedade organizada do município, visando a qualificação ambiental, privilegiando-se a participação da sociedade local na definição e implantação de ações transformadoras para a sustentação socioambiental.

O objetivo específico, relacionado ao processo agrícola do município, foi o de analisar a realidade rural e sua perspectiva, atentando para o contexto sociocultural, econômico e ecológico, a fim de contribuir para a construção do planejamento integrado e para o desenvolvimento local. Desta forma, tornou-se necessário buscar o entendimento das práticas de uso e de ocupação dos solos, bem como da dinâmica que envolve os indivíduos e as comunidades enquanto agentes de mudança do espaço físico, uma vez que são também agentes multiplicadores potenciais no processo de reversão da situação-problema. Perceber e compreender as relações como um elemento de unidade e interdependência foi essencial para que processos de intervenção junto à população e às comunidades locais pudessem ser gerados.

Bases teóricas para a ação

As práticas de conservação dos recursos naturais são mais do que ações estruturais. Configuram-se fundamentalmente como medidas de ação coletiva, de entendimento e responsabilidade pelos benefícios gerados e pelo ganho comum dos agentes que usam e exploram um determinado espaço. Pesquisar tecnologias e alternativas mais sustentáveis, gerar desenvolvimento econômico e social são objetivos que devem estar associados ao processo produtivo tanto na agricultura como em outras atividades que envolvam diretamente os recursos naturais. Segundo Mattei⁷, a lógica que fundamentou a modernização da agricultura foi a de que o desenvolvimento agrícola levaria necessariamente ao desenvolvimento local. No entanto, o desenvolvimento baseado meramente no princípio de aumento de produtividade

⁷ MATTEI, Lauro Francisco. *Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina*. Campinas, 1999. 211 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

significou maior instabilidade para o setor, acentuando a desigualdade e a pobreza no campo, com reflexos ecológicos, econômicos e sociais importantes. Para Bianchini⁸, reverter impactos não é função apenas de políticas públicas, mas também de outras esferas, de uma nova cultura e de ações voltadas para a construção de objetivos comuns.

No entanto, é preciso considerar que essa nova percepção não deve se restringir ao âmbito da agricultura, mas ampliar-se ao contexto – a bacia hidrográfica e o local na qual ela se insere. É o que Santos⁹ explana, ao afirmar que o planejamento ambiental deve ser desenvolvido a partir das premissas de que: 1^a) é um processo de ordenamento do espaço, visando diagnosticar o ambiente de forma integral e sistêmica; 2^a) identifica as alternativas de uso dos recursos naturais e das atividades no espaço; 3^a) privilegia a participação da comunidade; 4^a) incide na conservação dos recursos naturais, atentando para os impactos resultantes das lógicas sociais e econômicas; e, 5^a) envolve ações futuras, previsões, incertezas, desconhecimento, probabilidades e riscos inerentes às próprias alternativas indicadas.

A implementação de estratégias para a gestão dos recursos naturais, por sua vez, está condicionada não só à *participação* dos diferentes agentes sociais que atuam no processo, mas também à *disseminação* e ao *acesso à informação*, à *descentralização*, ao *desenvolvimento da capacidade institucional* e à *interdisciplinaridade*.

Lanna¹⁰ vê esta gestão composta pela política, pelo planejamento e pelo gerenciamento ambiental, mas compreende que há necessidade de uma ação coordenada entre o governo e a participação dos usuários do ambiente e da sociedade em geral. É preciso então associá-la a outros fatores que permitam o avanço e a sustentação das melhorias proporcionadas com as ações realizadas.

Promover o desenvolvimento econômico é ato que se reflete no desenvolvimento ecológico e social, em reflexos recíprocos que dependem basicamente da organização e do (re)conhecimento por parte da comunidade. Desta forma, o sucesso no desenvolvimento de uma proposta de gestão ambiental está intrinsecamente condicionado à conscientização, à participação e à organização da comunidade. Ratiificando, Cordioli¹¹ diz que a participação coloca os indivíduos como sujeitos do processo, como seus próprios agentes, implicando novas capacidades de decisão e de confiança mútua, resultando na coesão da comunidade e na organização dos esforços. De acordo com Navarro¹², essa postura passa necessariamente pela ampliação da cidadania, da

⁸ GRAZIANO, José.; WEID, Jean Marc van der. & BIANCHINI, Walter. *Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem "O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento"*. Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Brasília, 2001. Disponível em <http://nead.org.br/biblioteca/pdf/textos2/>. Acesso em 19 de agosto de 2002.

⁹ SANTOS, Rozely F.; REIGOTA, Marcos & RUTKOWISK, Emília. Educação e Planejamento Ambiental: uma relação conceitual. In: SANTOS, J. E. & SATO, M. *A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora*. São Carlos (SP): Rima Editora, 2001.

¹⁰ LANNA, A. E. L. Inserção da Gestão das Águas na Gestão Ambiental. In: MUÑOZ, Hector Raúl. (org.) *Interfaces da gestão de recursos hídricos: desafios da lei de águas de 1997*. 2. ed. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos, 2000.

¹¹ CORDIOLI, Sérgio. *Enfoque Participativo: um processo de mudança*. Porto Alegre: Gênesis, 2001.

¹² NAVARRO, Zander. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 43, dez. 2001.

solidariedade, da organização social, da democratização do poder local, do planejamento e da sustentabilidade dos recursos naturais.

Este processo, contudo, exige mudanças de comportamentos e atitudes. Requer envolvimento permanente, treinamento e capacitação das populações envolvidas para que possam gerir seu trabalho de organização e buscar alternativas para o gerenciamento local, de maneira a alcançar seus objetivos.

Para Demo¹³, a educação constitui a estratégia primordial de desenvolvimento, já que essa possibilidade de desenvolvimento, antes de ser uma questão de disponibilidade física e de meios e até mesmo de técnica, deriva da percepção qualitativa intrínseca do homem. Philippi Jr. e Pelicioni¹⁴ alertam que a educação ambiental implica a reconstrução de paradigmas e novas relações do homem para com a natureza, impondo uma reflexão contínua a partir de ação, ao longo da história.

Para tanto, faz-se necessário que as condições e as informações tornem-se visíveis para que sejam refletidas e dinamizadas pelos diferentes grupos sociais. A ampliação da percepção da realidade é capaz de levá-los à formulação de um novo pensar sobre a realidade na qual se inserem.

A ação em campo – a prática participativa

A possibilidade de estabelecer vínculos diretos com a realidade potencializa o fenômeno de intervenção e de construção coletiva. Entender os impactos e a importância de sua ação sobre o meio e sobre o homem é tarefa que possibilita a promoção da qualificação dos agentes e da gestão ambiental participativa, de modo que as ações estruturais tenham eficácia, abrangência, adoção e sustentação. A sociedade é sujeito e objeto de conhecimento e não apenas mera informante¹⁵.

Partindo-se do pressuposto de que há necessidade de criar um espaço teórico/prático, capaz de integrar e interagir com o conhecimento de diferentes agentes ecológicos, econômicos e sociais, adotou-se como proposta de sustentação para a pesquisa: 1) ser uma *pesquisa participante*, buscando na sustentação local a prática metodológica como forma de criar vínculos de transformação coletiva, tanto da sociedade local quanto do pesquisador; 2) ser uma *pesquisa interdisciplinar*, permitindo uma abrangência sistêmica de interação, no reconhecimento dos diferentes agentes, ecológicos, econômicos e sociais; e 3) ser uma *pesquisa qualitativa*, visando a compreensão ampla do fenômeno estudado

¹³ DEMO, P. *Desafios Modernos da Educação*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

¹⁴ PHILIPPI JR., Arlindo. & PELICIONI, Maria Cecília Focesi. *Educação Ambiental: Desenvolvimento de Cursos e Projetos*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Informações em Saúde Ambiental. São Paulo: Signus Editora, 2000.

¹⁵ MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

e considerando que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados.

A metodologia utilizada nas diferentes etapas de campo desdobrou-se em quatro *momentos de ação*¹⁶, dinâmicos entre si e que acompanham o desenvolvimento comunitário, integrando-o ao desenvolvimento social, apresentados a seguir:

¹⁶ Adaptado de BAPTISTA, M. V. *Planejamento: Introdução à Metodologia do Planejamento Social*. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1981.

I. Motivação	despertar (re)ação, sensibilizar;
II. Conscientização	desenvolver a capacidade operacional para a ação, construção do conhecimento;
III. Mobilização	estimular a participação na ação;
IV. Ação organizada	dar sentido de unidade ao trabalho coletivo.

A *ação de intervenção em campo* deu-se em dois momentos:

1) *(Re)conhecimento do contexto e entendimento do processo produtivo*, através da observação, identificação e caracterização das condições que definiam a situação a ser pesquisada, buscando-se nesta investigação os elementos de apoio teórico às práticas a serem propostas. Esta etapa abordou, por meio de entrevistas individuais e semi-estruturadas, dois públicos distintos, porém diretamente relacionados com o objetivo da pesquisa, ou seja: a) *entrevistas com instituições ligadas ao setor agrícola* – prefeitura, empresas de assistência técnica, sindicatos rurais, agrônomos e profissionais liberais; e, b) *entrevistas com agricultores e seus familiares*, visitando-se para isso as propriedades rurais nas adjacências dos principais cursos hídricos. Nestas etapas foram abordadas as seguintes temáticas com os entrevistados: *ambiente, enchentes, água, agrotóxicos, economia, comunidade, participação, educação e saúde*. O objetivo consistia em reconhecer a importância e a preocupação destes agentes para com os temas e detectar os elementos de maior relevância e valor dentro da realidade local. Foi então possível a construção de diferentes cenários a partir do olhar dos participantes, reconhecendo-se fragilidades, potencialidades, oportunidades e ameaças presentes na dinâmica socioambiental do contexto.

2) *Construção coletiva do processo de gestão ambiental*, momento caracterizado pela ação metodológica desenvolvida junto às comunidades rurais, priorizando-se e discutindo as questões vistas por elas como de maior importância. Esta ação prática deu-se em quatro etapas, que remeteram ao processo de construção e mobilização coletiva: a) *reuniões*

com as comunidades rurais visando reconhecer coletivamente os problemas, sensibilizando e despertando para a ação; b) *encontro com lideranças comunitárias rurais* objetivando desenvolver a capacidade operacional, elaborar propostas de ação, criar vínculos com a comunidade; c) *realização de microfóruns comunitários* visando conhecer e discutir propostas, construir diagnósticos pró-ativos, gerar participação na ação; e, d) *promoção do 1º Fórum Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente*, possibilitando a incorporação de mais pessoas às discussões acerca dos problemas identificados anteriormente, buscando a integração de áreas temáticas em uma perspectiva sistêmica, propondo subsídios e diretrizes para o planejamento socioambiental e econômico, como também apontando as necessidades imediatas quanto às ações institucionais e das organizações sociais locais.

Análise e considerações sobre o trabalho desenvolvido – a contribuição

Os danos ecológicos causados pela ação antrópica continuam sendo fruto do desconhecimento ou da negligência dos indivíduos em relação à capacidade de suporte dos ecossistemas. Assim sendo, a questão central da conservação dos recursos naturais está no desafio de implementar formas de gestão que garantam a sustentabilidade ecológica, econômica e social das populações. Os pressupostos básicos para que este processo alcance seus objetivos dentro do contexto social são: 1º) decisão política; 2º) participação social; 3º) ações diversificadas em função das características da comunidade e dos grupos sociais envolvidos; e, 4º) utilização de técnicas e tecnologias adequadas às condições locais. A partir do entendimento e da ação atendendo a esses pressupostos, um local, município ou comunidade começa a se tornar sustentável, quando suas organizações e seus cidadãos assumem o compromisso ecológico e social e iniciam em parceria com o poder público o processo de melhoria contínua da qualidade de vida dos seus habitantes. A pesquisa realizada junto às comunidades rurais pode ser analisada sob dois enfoques: 1º) *desencadeamento do processo de participação*; e, 2º) *participação da comunidade*.

Na *construção do processo participativo*, a clara apresentação da proposta de pesquisa e as informações obtidas junto aos órgãos públicos e aos profissionais a eles relacionados permitiram o estabelecimento de parcerias e a obtenção de subsídios para que se pudesse avançar com o propósito desejado. Essas informações constituíram um pré-diagnóstico e apontaram elementos de interesse e de

aproximação com o público-alvo. Um elemento importante na construção e prática das etapas seguintes foi a presença constante de um mediador local cuidadosamente definido, de bom relacionamento e conhecedor da problemática a ser abordada. Este apoio constante permitiu que as intervenções fossem facilitadas, atenuando a resistência oferecida pelos entrevistados. As entrevistas individuais, além de tornarem os pesquisadores conhecidos nas comunidades, abordaram temas relacionados às suas realidades, o que instigou e permitiu a proposição de discussões coletivas nas etapas seguintes do processo. O encontro com lideranças de diferentes comunidades teve como objetivo dar coesão ao trabalho dos pesquisadores, tornando-os simultaneamente co-partícipes e co-autores, como canal de retorno para a comunidade. Esta participação permitiu que ações autônomas se articulassem, criando mecanismos de sustentação que pudessem ser mantidos após a saída de cena dos promotores iniciais. Os microfóruns comunitários determinaram as prioridades de cada comunidade e do município e envolveram também as instituições locais na discussão e construção de propostas para a problemática ambiental e para o desenvolvimento local. O fórum municipal de desenvolvimento foi o momento de encontro das pesquisas e da elaboração do plano municipal de planejamento e gestão ambiental, quando foram definidas em oficinas temáticas as atividades prioritárias a serem executadas nas oito áreas trabalhadas na pesquisa: agricultura, saúde, educação, infraestrutura, enchentes, saneamento, economia e organização social.

O grau de *participação da comunidade* foi o sinalizador da condução do processo e teve que ser permanentemente buscado. O recurso a entrevistas semi-estruturadas e a dinâmica na partilha da abordagem com os demais componentes da família propiciaram um fluxo interativo e produtivo. O uso de recursos audiovisuais nas etapas coletivas, visando a transmissão de informações, facilitou a introdução das temáticas desejadas e trouxe a participação espontânea dos grupos na discussão e na reflexão coletiva. Estas construções coletivas não somente permitiram a abordagem dos aspectos ecológicos, sociais e econômicos, mas levaram também a comunidade a se perceber como elemento importante, articulador, descentralizador e sujeito ativo do planejamento ambiental, despertando seus integrantes para a necessidade da organização comunitária e da participação efetiva como elementos fortalecedores, geradores de mudanças e transformações do espaço ocupado. Fizeram emergir

ainda a compreensão da necessidade de capacitar e instrumentalizar os agentes locais para a promoção do desenvolvimento local, de adotar outras alternativas produtivas, práticas e tecnologias agrícolas compatíveis a um contexto de pluriatividade e conservação dos recursos naturais.

As mudanças que estão ocorrendo refletem uma nova tomada de consciência e a busca de alternativas que possibilitem a permanência das novas gerações no campo. Entre as mudanças estão:

a) *a formação, o fortalecimento e a organização de associações comunitárias rurais*, visando a organização social e a cidadania, a produção e a comercialização, a cooperativa de crédito rural, os núcleos de produtores rurais, a manifestação de lideranças comunitárias e a formação de multiplicadores locais;

b) *a adoção de práticas agrícolas conservacionistas e diversificação de cultivos*, cujos efeitos imediatos consubstanciam-se na melhoria do potencial produtivo, na qualidade dos recursos hídricos locais e na segurança socioeconômica dos pequenos agricultores;

c) *a adoção de atividades e práticas agroecológicas* (em substituição ao processo tradicional de produção) cuja repercussão ecológica, econômica e social deriva no respeito ao ambiente, na produção de alimentos saudáveis, no valor comercial agregado, na saúde do trabalhador rural e de sua família, todos estes fatores sendo potencializados pela organização e ação comunitária, construídas em parceria com os setores diretamente envolvidos no processo (Prefeitura Municipal, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, Instituto Vianei de Educação Popular e outros);

d) *a instalação de pequenas agroindústrias comunitárias rurais* (conservas, mel, farinhas, açúcar, embutidos, derivados de leite etc), cujo valor agregado possibilita a ampliação das atividades econômicas nas propriedades rurais e a melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas;

e) *as atividades de ecoturismo*, de grande potencial, propiciadas pela beleza natural exuberante, pelos recursos hídricos, pela localização privilegiada e pela estrutura ímpar (urbana e rural) do município dentro do contexto regional, aproveitando-se uma oportunidade econômica significativa e também de preservação dos recursos naturais; e

f) *o resgate de processos tradicionais* de produção e beneficiamento de produtos agrícolas, relegados a um segundo plano quando da substituição pela monocultura, (re)

valorizando hábitos e tradições das comunidades e famílias locais, em sua maioria, descendentes de alemães.

Tais ações, em seus diferentes estágios, ampliam-se e são trabalhadas por meio de parcerias e processos participativos, para a construção de objetivos comuns. Parcerias essas que são propostas junto às comunidades, às lideranças comunitárias, à sociedade local e aos órgãos institucionais e não institucionais (locais e externos), para que a construção de estratégias seja potencializada em prol da mudança, visando a sustentabilidade e o desenvolvimento do processo de gestão ambiental, bem como o fortalecimento das dinâmicas integradoras e de conhecimento.

A pesquisa realizada apresentou muitos resultados significativos, dentre os quais destacam-se a grande e efetiva participação das comunidades rurais no processo de reconhecimento da realidade municipal, bem como a construção de propostas coletivas para o enfrentamento e resolução de problemas existentes.

As ações que culminaram com a realização do 1º Fórum Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Alfredo Wagner, em agosto de 2002, integrando as pesquisas dos demais grupos temáticos, resultaram na elaboração de um documento oficial denominado “Diagnóstico Coletivo da Realidade Municipal” e na formação de uma Comissão Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Alfredo Wagner (COMDEMA), instituindo-se legalmente a participação da sociedade por ela representada. Apesar dos paradigmas em contrário ainda permanecerem, os sinais indicam que o processo avança e anuncia novos tempos.

Pode-se afirmar que o compromisso deve estar alicerçado em políticas públicas e comunitário-participativas sustentáveis, que em sendo adotadas, favorecerão o desenvolvimento local integrado e coerente, a criação de ambientes saudáveis, a promoção de estilos de vida condignos, e a reorientação de sistemas e serviços públicos voltados a esses fins. A participação é, assim, uma proposta de mudança para minimização do quadro de impactos ambientais, um trabalho construtivo e coletivo baseado em premissas e práticas que condicionam a implementação de estratégias sustentáveis no que se refere à gestão desses compromissos.

César Rodolfo Seibt é engenheiro agrônomo e mestre em Engenharia Ambiental.

cseibt@hotmail.com

Cesar Augusto Pompêo é engenheiro civil, doutor em Recursos Hídricos e professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina.

pompeo@ens.ufsc.br